



Ata da reunião ordinária híbrida do Colegiado do Curso de Mestrado em Direito da UFS, realizada em 07 de novembro de 2022.

No sétimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte dois, às quinze horas, reuniu-se ordinariamente em formato híbrido pela plataforma Google Meet <meet.google.com/sxk-uond-hod>, os membros do curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Sergipe, conforme convocação enviada ao correio eletrônico dos docentes (em 01/11/22 e 04/11/22 via e-mail prodir@academico.ufs.br), sob a Presidência da Profa. Dra. Luciana de Aboim Machado, Coordenadora do PRODIR. Estando presentes os membros: Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva, Prof. Dr. Ubirajara Coelho Neto, Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira, Profa. Dra. Flávia de Ávila, Profa. Dra. Tanise Zago Thomasi, Profa. Dra. Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti Dias, Profa. Dra. Karyna Batista Sposato, Prof. Dr. Carlos Augusto Alcântara Machado, Prof. Dr. Pedro Durão e Profa. Dra. Daniela Carvalho Almeida da Costa. E a representante discente Karine Pireddu Santana Machado. Justificada ausência dos professores: Jussara Maria Jacintho afastada para pós-doc, Flávia Moreira Guimarães Pessoa justificou ausência devido a aula no mestrado. Havendo *quórum* legal, a professora Luciana de Aboim deu início à pauta **1) Informes. a)** A coordenadora informou a todos que como é de conhecimento de todos o Programa está com Processo Seletivo em curso, tendo ocorrido a 1ª fase no dia 03 de novembro. A professora ressaltou que assim como nos anos anteriores, assim que divulgado o resultado preliminar com as notas da prova de conhecimento, será elaborado a tabela com os horários das defesas de projetos que ocorrerão entre os dias 16, 17 e 18 de novembro, e será disponibilizado à todos professores pasta no drive com os projetos de pesquisa dos candidatos por ordem de indicação de orientação. Embora a nota seja dada pela Comissão de Seleção, assim como nos anos anteriores, o professor indicado como orientador pode assistir a defesa de projeto e colaborar com a Comissão. **b)** Profa. Miriam Coutinho registrou participação no X Colóquio Internacional de Direito e Literatura (CIDIL) “DIREITO E LITERATURA NOS 100 ANOS DE MODERNISMO NO BRASIL, a ser realizado nos dias 03, 04, 10, 11 de novembro de 2022, coordenadora do GT “Direito através da Literatura”. E convidou a todos para o lançamento coletivo da obra “estudos jusliterários Sergipanos: Constitucionalismo e Arte” no dia 09/11/2022 às 18hs no Auditório do CCSA 2/8ª SEMAC//lançamento de livros dos professores que compõem o CCSA). **2) Aprovação da Ata da Reunião do dia 05/10/2022.** pauta remanejada para próxima reunião. **3) Aprovação do regimento interno, Instrução Normativa-Estrutura Curricular e APCN de doutorado e, inclusive discussão a respeito do conteúdo dos projetos de pesquisa.** Iniciou-se o debate sobre a proposta de APCN de doutorado, a começar sobre os projetos de pesquisa. A Profa.



Luciana de Aboim reportou a reunião da semana passada com Pró-Reitor, e ainda, demonstrou a necessidade de discutir os temas, os participantes de projetos de pesquisa e as providências a serem tomadas. Em seguida, a Profa. Karina Sposato e Prof. Pedro Durão falaram da necessidade de adequação de projetos de pesquisa, entre outros. Foi feita a readequação de projetos de pesquisa em conjunto, partindo para reanálise das disciplinas. Nesse sentido, a Profa. Karina Sposato explanou sobre a necessidade de exclusão e inclusão de disciplinas. Profa. Luciana Aboim relatou todas as atividades desenvolvidas para chegarmos onde estamos no PRODIR e os trâmites das atividades acadêmicas e de pesquisa, parabenizando a todos os docentes e colaboradores. Na sequência, os demais temas foram amplamente discutidos por todos os professores e colaboradores presentes. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade, sendo acatado as alterações e correções feitas no projeto final, a APCN proposta para criação do doutorado, o novo Regimento Interno e a Instrução Normativa que trata da estrutura curricular do mestrado e doutorado conforme documentação encaminhada a todos na convocação da reunião e alterações realizadas no ato da reunião. Os discentes do curso de doutorado deverão cursar 40 créditos, assim distribuídos: I - 08 (oito) créditos em disciplinas obrigatórias de caráter geral; II - 08 (oito) créditos em disciplinas obrigatórias específicas da sua linha de pesquisa; III - 12 (doze) créditos em disciplinas optativas, pertencentes a estrutura curricular do Mestrado; IV - 02 (dois) créditos em Seminário de Altos Estudos, que têm caráter obrigatório; V - 02 (dois) créditos em Estudos Extracurriculares; VI - 08 (oito) créditos em Elaboração de Pesquisa I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. Além disso, são atividades obrigatórias para o doutoramento, a realização de Estágio Docência, o Exame de Qualificação e a Defesa de tese. O curso de doutorado ficará disposto da seguinte maneira: área de concentração - Transnacionalidade, constitucionalismos e direitos humanos fundamentais; Linhas de pesquisa I - Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais; 2- Internacionalização, sociedade global e eficácia dos direitos humanos fundamentais. Professores envolvidos: linha 1 - Jadson Correia de Oliveira, Tanise Zago Thomasi, Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Henrique Ribeiro Cardoso, Lucas Gonçalves da Silva e Miriam Coutinho de Faria Alves; linha 2 - Luciana de Aboim Machado, Flávia de Ávila, Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti Dias, Karyna Batista Sposato, Carlos Augusto Alcântara Machado, Daniela Carvalho Almeida da Costa e Pedro Durão. A estrutura curricular do curso de Mestrado sofreu algumas alterações. Ficam excluídas as seguintes disciplinas: Constitucionalização do Direito; Hermenêutica Constitucional; Constitucionalização do Direito Penal; Filosofia, pragmatismo e pensamento jurídico; Seminário de Pesquisa. As seguintes disciplinas serão inseridas: O Direito à Saúde diante do Pluralismo Jurídico (Disciplina optativa); Hermenêutica e Jurisdição Constitucional (Disciplina optativa); Direito e Jurisdição Eleitoral: aspectos controvertidos na democracia constitucional brasileira (Disciplina optativa); Democracia



e Sistema Constitucional de Garantias (Disciplina obrigatória); Intersectionality within a Transnational Context (Disciplina optativa). Ficam alteradas a nomenclatura das seguintes disciplinas conforme tabela de equivalências na Instrução Normativa: Teoria da Constituição e Constitucionalização do Direito (Disciplina obrigatória); Direito de Empresa sob a Perspectiva Constitucional e dos Direitos Humanos (Disciplina optativa); Racionalidade Penal Moderna e Justiça Restaurativa (Disciplina optativa); Tutela dos Direitos Humanos: perspectivas e desafios na sociedade transnacional (Disciplina optativa); Direitos e Garantias Fundamentais em Espécie (Disciplina optativa); Tópicos em Epistemologia Jurídica: Hermenêutica Constitucional, Jusliteratura e Arte (Disciplina optativa). **4) Mudança de linha de pesquisa de docentes do Mestrado.** A coordenadora informou que a profa Daniela Carvalho solicitou alteração da sua linha de pesquisa no curso de mestrado visando melhor adequação com a disciplina ministrada. Buscando harmonia no que tange ao quantitativo de docentes e as linhas de pesquisa do mestrado e adequação com a disciplina ministrada, foi aprovado por todos as seguintes as mudanças ficando assim dispostas as linhas de pesquisa do mestrado: a) linha I - Processo de Constitucionalização dos Direitos e Cidadania: aspectos teóricos e metodológicos - docentes envolvidos: Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Henrique Ribeiro Cardoso, Jadson Correia de Oliveira, Jussara Maria Moreno Jacintho, Lucas Gonçalves da Silva, Miriam Coutinho de Faria Alves, Tanise Zago Thomasi e Ubirajara Coelho Neto; b) linha II - Eficácia dos direitos fundamentais e seus reflexos nas relações sociais - docentes envolvidos: Carlos Augusto Alcântara Machado, Clara Angélica Gonçalves Dias, Daniela Carvalho Almeida da Costa, Flávia de Ávila, Karyna Batista Sposato, Luciana de Aboim Machado e Pedro Durão. **5) O que ocorrer.** Não houve tratativas neste ponto. Nada mais havendo a tratar a presidente encerrou a reunião. Eu, Nayara Rocha da Silva, Auxiliar Administrativo/PRODIR/UFS, juntamente à coordenadora do PRODIR, Profa. Dra. Luciana de Aboim Machado, lavramos a presente ata.

NAYARA ROCHA DA SILVA
Secretária do PRODIR
SIAPE 2160678



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PRODIR



PROFA. DRA. LUCIANA DE ABOIM MACHADO
Coordenadora do PRODIR
SIAPE 1690511

PROFA. DRA. LUCIANA DE ABOIM MACHADO
Coordenadora do PRODIR
SIAPE 1690511